

Fazenda impõe sua política de rigor fiscal

04 SET 1999
FRANCISCO LEALI

Economia - Brasil

Fernando Bizerra Jr. - 2/9/99

BRASÍLIA - A demissão do ministro do Desenvolvimento e Comércio Exterior, Clóvis Carvalho, deu vigor novo à política econômica defendida pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan. O episódio reforçou o ideário de Malan, que não aceita abrir mão de alguns pontos a mais no índice de inflação em troca de alguns pontos a mais na taxa de desenvolvimento.

“É uma nostalgia dos anos 50 ou dos anos 70 a idéia de que cabe ao Estado promover o desenvolvimento, através do gasto público, mandando a conta para a sociedade via imposto inflacionário ou endividamento, o que recai sobre gerações futuras, ou via impostos que caíam sobre a geração presente”, sustenta Malan no trabalho “Perspectivas do Real e Diretrizes para o Desenvolvimento”, encaminhado recentemente ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

Se o ministro da Fazenda se fortalece, perdem espaço os líderes do PSDB que vinham criticando a equipe econômica diante da crescente insatisfação popular com o governo. Contra os adeptos da linha desenvolvimentista, Ma-



Malan diz que não há poupança pública em Estado deficitário

lan argumenta que não é possível estimular um crescimento momentâneo, abrindo mão da estabilidade e do controle de gastos.

Malan diz que prefere o desenvolvimento com responsabilidade fiscal, com controle da inflação, com respeito às restrições

orçamentárias. O ministro considera fundamental que haja elevação das taxas de investimento privado e da poupança privada interna para financiar um crescimento sustentável. Na sua visão, não há espaço para se contar com a poupança pública, que o minis-

tro chama de “despoupança”, uma vez que o setor público gasta mais do que arrecada.

Nesse cenário de controle das despesas, o Plano Plurianual (PPA) com previsão de investimentos no período de 2000 a 2003 é apontado como modelo inspirado na eficiência de gasto público, seleção e identificação de prioridades. Malan admite que é possível obter taxas de crescimento maiores, Ressalta, entretanto, que os 4% previstos para 2000 não são motivo de preocupação, num momento em que a economia com inflação baixa tem registrado aumento da produtividade média.

O controle da inflação é um ponto fundamental da concepção de Malan para a condução da política econômica. O ministro, que fala dos elevados índices do passado como “um processo que nos humilhava e envergonhava perante o mundo”, avalia que a manutenção do controle da inflação mantém a eficiência econômica e satisfaz a expectativa da população. “É falsa, absolutamente falsa, a visão do dilema inflação versus crescimento, isto é, que o controle da inflação se faz às expensas do crescimento”, diz o texto de Malan.